



Foto: Paulo Vilani / Agencia RBS

Um seguro de R\$ 100 mil custaria R\$ 10 mil  
no caso do trigo, por exemplo

*Medida deve passar a valer em julho e está passando por reformulações nos ministérios da Agricultura e da Fazenda*

Representantes do setor produtivo acreditam que o governo federal vai voltar atrás na obrigatoriedade de contratação de seguro rural quando o agricultor acessar financiamentos. A medida deve passar a valer em julho e está passando por reformulações nos ministérios da Agricultura e da Fazenda. Atualmente, das 110 seguradoras existentes no país, apenas oito trabalham com o seguro rural.

### **- Frente Parlamentar da Agropecuária pede suspensão da obrigatoriedade do seguro agrícola**

Em reunião da Câmara Setorial de Seguros do Agronegócio nesta quarta, dia 2, líderes do setor afirmaram que não acreditam que a obrigatoriedade do seguro rural, prevista para julho, vá acontecer. Para a [Federação da Agricultura do Paraná](#) (Faep), falta planejamento na execução do seguro rural.

- Se o produtor fosse contratar, ficaria muito alto o custo de produção. As margens da agricultura são baixas, entre 3% e 5%. Estamos falando de contratar seguros que passam de 10% do valor que coberto. Então um seguro de R\$ 100 mil custaria R\$ 10 mil no caso do trigo, por exemplo. Acreditamos que o governo deve postergar isso – avalia o diretor da Faep, Pedro Loyola.

A Federação Nacional de Seguros Gerais ([Fenseg](#)) garante que as operadoras têm capacidade financeira para atender a decisão, caso ela se mantenha. Mas o presidente da Comissão de Seguro Rural da Fenseg, Luiz Roberto Paes Foz, avalia que é preciso melhorias no sistema de banco de

dados para que as operadoras tenham informações suficientes para oferecer o produto adequado ao agricultor. Além disso, a Fensag cobra do Ministério da Agricultura o repasse dos valores pagos aos produtores no ano passado

**- Contratação do seguro rural não garante proteção para grandes problemas das lavouras, dizem produtores**

- Para que se faça isso, precisamos ter um programa de subvenção sustentável. O governo deve para as seguradoras R\$ 403 milhões do ano passado. Seguradora privada não pode ficar bancando programas, sinistros e ainda ter um buraco na empresa – diz Paes Foz.

O ministério da Agricultura, Neri Geller, garante que os valores começarão a ser pagos a partir do fim deste mês.



**- Produtores gaúchos têm dificuldades em acessar crédito:**



**Fonte:** Canal Rural, em 02.04.2014.